

SALÃO DE  
INICIAÇÃO CIENTÍFICA  
**XXIX SIC**  
  
**UFRGS**  
PROPESQ



múltipla   
**UNIVERSIDADE**  
inovadora  inspiradora

<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2017: SIC - XXIX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2017
<b>Local</b>	Campus do Vale
<b>Título</b>	As Relações Brasil-Índia no âmbito da Cooperação Sul-Sul: uma análise do direito internacional econômico como instrumento de política externa brasileira durante o Governo Lula
<b>Autor</b>	MAIARA PATRICIO CORAL
<b>Orientador</b>	FABIO COSTA MOROSINI

## **As Relações Brasil-Índia no âmbito da Cooperação Sul-Sul: uma análise do direito internacional econômico como instrumento de política externa brasileira durante o Governo Lula**

*Maiara Patrício Coral (UFRGS)*

*Professor Orientador: Dr. Fabio Costa Morosini (UFRGS)*

A partir dos princípios acordados na Conferência de Bretton Woods, o final da 2ª Guerra Mundial foi marcado pela definição de uma Nova Ordem Econômica Mundial reguladora. O sistema econômico passou a alicerçar-se em um tripé, com a criação das instituições que formaram a estrutura normativa do comércio internacional (FMI, BIRD e OMC). Frente à onda de liberalização dos mercados, um intenso processo de globalização e interdependência econômico-financeira foi estabelecido entre as nações. Com o Consenso de Washington, a década de 1990 foi marcada pela propagação do neoliberalismo na América Latina.

Em meio a um ambiente de maior abertura econômica e de irradiação das ideias neoliberais, o período ficou conhecido pela transição econômica e política que foi estabelecida no Brasil. As reformas associadas à reorganização do capitalismo nacional e do papel do Estado na economia acabaram por modificar a forma de integração na esfera internacional. Em um quadro de crescente desenvolvimento, dependência e competitividade econômica, países emergentes como Brasil e Índia demonstraram interesse em diversificar parcerias estratégicas e criar novas alianças. Justificando suas ações com base no discurso da Cooperação Sul-Sul e assinalando o caráter horizontal e de benefícios mútuos nas parcerias, esta pôde ser considerada uma via alternativa para os países em desenvolvimento avançarem rumo ao crescimento econômico.

No caso do Brasil, partindo-se do primeiro mandato do governo Lula, verifica-se a inauguração de um modelo de cooperação focado no Eixo Sul Global, com a convergência de diversas políticas estratégicas direcionadas a aprofundar a integração com economias emergentes. Com políticas voltadas à diversificação de exportações e internacionalização das empresas brasileiras, diversos arranjos foram utilizados para fomentar a aproximação e promover maior articulação entre países do Sul que apresentam trajetórias similares de crescimento, como é o caso da Índia.

Apesar de o volume das trocas econômicas ainda ser considerado baixo se comparado a outros estados com maior protagonismo no cenário internacional contemporâneo, ambos os países disputam posições privilegiadas no *ranking* das maiores economias globais. Assim, a presente pesquisa tem como objetivo investigar de que forma o direito internacional econômico foi utilizado como instrumento de política externa brasileira para fomentar a aproximação com a Índia, no âmbito da Cooperação Sul-Sul, e os impactos gerados. Trabalha-se com a hipótese de que acordos bilaterais e fóruns de participação e cooperação foram utilizados como alternativa para aprofundar as relações com países em desenvolvimento e reduzir a dependência brasileira às tradicionais economias centrais, criando mecanismos autônomos de inserção.

Para desenvolver o presente trabalho, utiliza-se o método de pesquisa empírico, recorrendo-se à análise de conteúdo, no plano bilateral, de vinte e três acordos celebrados entre Brasil e Índia durante os dois mandatos presidenciais de Lula (2003 a 2010), e do APTF Índia-Mercosul, celebrado em 2004. De forma a complementar a análise dos instrumentos jurídicos de direito internacional econômico, analisam-se também iniciativas políticas inéditas, como o Fórum de Diálogo IBAS, o arranjo BRICS e a atuação conjunta no G-20 e G-4. Além disso, a pesquisa engloba uma revisão bibliográfica relacionada ao tema e a análise de fontes da imprensa, dados estatísticos econômicos, discursos oficiais e entrevistas realizadas com representantes do governo.